

# ALCOCHETE

SUPLEMENTO

MAIO  
1997

## EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO INAUGURADO NO DIA 25 DE ABRIL DE 1997

"Digníssimas autoridades militares, autarcas, dirigentes de colectividades, amigos:

Quem, há mais de 23 anos, sofreu, na sua carne e no seu espírito, as castrações de um regime cruel e injusto, jamais ficará indiferente à data histórica que hoje se comemora.

Quem lutou pela liberdade, pela justiça e pelo progresso antes de Abril, quem simplesmente sonhou por dias melhores, quem continua prezando hoje os ideais democráticos e pugnando pelo futuro da comunidade, há-de bramir sempre contra a poeira do esquecimento e avivar Abril, em cada momento e a cada pretexto.

E eis, caríssimos concidadãos e estimados convidados porque afanosamente trabalhámos para inaugurar hoje solenemente uma infraestrutura do Poder Local, desse Poder Local que é uma das maiores conquistas alcançadas pelo regime democrático. Uma infraestrutura que, pela sua concepção e significado, enobrecerá a nossa terra, con-

ferindo ao concelho de Alcochete e à sua população uma maior dignidade. Fazêmo-lo hoje, dia 25 de Abril, para perenizar uma data bem querida, tornando-a imorredoura. Noutros anos, em dias homólogos, temos aproveitado bem esta efemé-



ride para inaugurar outros eventos notáveis que, a pouco e pouco, vêm acrescentando mais-valias ao nosso município e enraizando a mensagem revigorante que o 25 de Abril transportou e transporta.

Convidámos imensa gente ligada a Alcochete por laços de amizade ou por razões institucionais, para que comungassem connosco uma hora de intenso júbilo. Afinal, é deveras gratificante termos sonhado, idealizado e concretizado uma obra.

Como é compreensível, muitos convidados não puderam vir devido aos inúmeros afazeres que, por todo o lado, esta data especial envolve. Sem desprimor para os restantes, gostaria de apresentar as desculpas formuladas pelo Sr. Secretário de Estado da

Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. José Augusto Carvalho a quem, expressamente e pessoalmente, endereçámos convite. O Sr. Secretário de Estado comunicou-nos a sua muita pena por não estar presente, devido a um compromisso antigo que tinha assumido para visitar a cidade de Portalegre.

### **CONTRATO-PROGRAMA TARDOU, MAS CHEGOU**

Na verdade, foi por intermédio do Sr. Secretário de Estado que,

ao fim de alguns anos, conseguimos assinar um contrato-programa com o Governo para o financiamento de parte desta obra. Obtivemos, assim, um apoio financeiro de 39.000 contos que nos aliviou um pouco de um fardo demasiado pesado para as nossas posses. Em números redondos, podemos dizer que este empreendimento, envolvendo a empreitada, os trabalhos imprevistos, o equipamento e as infraestruturas informáticas atingiu um dispendio de cerca de 117.000 contos. Foi uma grande aventura a que metemos ombros e que só foi concluída prazenteiramente, porque teimámos em vencer as adversidades que foram surgindo ao longo do percurso.

Ninguém pense que a nossa vida foi fácil e que a administração central acedeu de bom grado a ajudar-nos numa obra que era da mais elementar justiça suportar integralmente. Pelo contrário. Foi rocambolesco o itinerário e estafante todo o processo, o que reforça ainda mais a nossa alegria por termos



atingido a meta ambicionada.

Contemos a história para que se registre e porque ela, vista à distância, não deixa de ter



graça e de acarretar preciosos ensinamentos.

Decorria o ano de 1993 quando conseguimos finalmente que dois organismos da Administração Central (a Repartição de Finanças e a Tesouraria da Fazenda Pública) saíssem dos Paços do Concelho onde ocupavam a sua parte mais nobre. Como é óbvio, o espaço utilizado durante muitas décadas estava em péssimo estado.

De imediato, solicitá-

mos conselho à Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, organismo que tutela a autarquia, que nos aconselhou a recu-

parar e valorizar os Paços do Concelho, prometendo viabilizar um contrato-programa que contemplaria 55% dos encargos. Cheios de boa fé, avançámos e, ainda durante o ano de 1993, formalizámos a candidatura. Se tudo corresse normalmente teríamos a obra concluída em 1994. Todavia, o ano foi decorrendo entre trocas de papéis e reforços de promessas, mas quanto a dinheiros, nada. Na posse de todos os pareceres técnicos favoráveis e porque o tempo urgia, lançámos o concurso público e adjudicámos a obra, em Agosto de 1995, à firma Apolinário Marçal S.A., por 74.376 contos. Nada fazia supor um desfecho desagradável, dado que tudo evoluía nos termos da lei e dos regulamentos em vigor. Mas, em Outubro de 1995, vem um ofício do Secretário de Estado, transcrevendo uma nota do seu chefe de gabinete, mas assinada por outra pes-

soa, que por sua vez remete o parecer de um assessor que ninguém sabe quem é, pois não traz nome, nem assina. É na verdade um documento precioso, que merece ser emoldurado, pois é uma peça de antologia que ilustra a irresponsabilidade e a má fé acobertada pela burocracia. Como aquilo não tinha pés nem cabeça, insistimos junto



do Sr. Secretário de Estado de então, Dr. Pereira Reis. Após incontáveis diligências, o Dr. Pereira Reis telefonamos (estávamos na altura em plena reunião de Câmara) no último dia do exercício das suas funções a pedir muita desculpa, mas não podia cofinanciar a obra.

Vem novo Governo e novo Secretário de Estado e lá vamos nós contar a história desde o princípio, protestando contra o tratamento injusto de que Alcochete estava a ser vítima. Trocaram-se mais uns quilos de papel, multiplicaram-se os telefaxes e os telefonemas.

Vale a pena ler um dos últimos faxes que enviámos ao Sr. Secretário de Estado Dr. José Augusto

Carvalho, porque ele resume admiravelmente a situação criada:

*"O processo de recuperação do edifício dos Paços do Concelho, iniciado em 1993 com o beneplácito da CCRLVT, configura hoje em dia pela abundante correspondência trocada entre a autarquia e os organismos da administração central, pela teia de pareceres e despachos*

*emitidos e pela desgastante e desmotivadora demora, um panorama de autêntica ficção.*

*Parece incrível como, nos tempos que correm, uma pequena Câmara Municipal, eleita democraticamente pela população, a agir com toda a isenção e respeito, é tão maltratada pelos representantes dos sucessivos governos.*

*Num Estado de direito o que está a contecer é um absurdo, quer pela indignidade com que é tratada uma autarquia local, quer pela falta de solidariedade institucional bem evidente.*

*Uma obra, cujos encargos deveriam ser integralmente suportados pela Administração Central, tem sido motivo de um verdadeiro «jogo do*



• ESTANDARTE DETERIORADO BENEFICIOU DE RECUPERAÇÃO



*gato e do rato», de promessas e até de chantagens inadmissíveis relativamente a um PDM que após 35 reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento jaz dentro de uma gaveta ainda à espera da decisão final.*

*Creia (e é com muita pena que o afirmamos) que a vasta documentação que possuímos sobre a matéria, compilada e tratada devidamente, é peça paradigmática de que as coisas não muito mal neste «reino».*

*Apesar de toda a consideração que V. Ex.<sup>a</sup> nos merece, já não solicitamos o vosso interesse nesta problemática, tampouco reivindicamos urgência, apenas informamos que as obras se encontram interrompidas e que a caricata situação que nos foi criada, patente aos olhos de toda a gente, não diminui a honorabilidade da Câmara de Alcochete, mas põe em causa a boa-fé que deveria presidir intransigentemente à actuação do Estado”.*

#### **CONTRATO-PROGRAMA SÓ FOI ASSINADO EM OUTUBRO DE 1996**

E, aleluia, somos chamados para assinar o contrato-programa com toda a pompa e circunstância em 31 de Outubro de 1996, num dos salões do vetusto Palácio Penafiel, tendo o Sr. Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território feito um convite

expresso para usarmos da palavra, em nome de cerca de quatro dezenas de autarcas presentes.

Obtivemos assim um apoio de 33% do total dos encargos, pois não foram contemplados os trabalhos a mais, os trabalhos imprevistos, revisões de preços e os equipamentos.

Já podem avaliar, mi-



nhas Senhoras e meus Senhores, a paciência que foi preciso ter e a perseverança necessária para logarmos atingir objectivos mais do que justos. Fica-nos uma lição salutar: é que vale a pena lutarmos, não deixando jamais cair os braços, usando a razão, se é boa a causa que nos motiva.

Surgiram, é claro, outras vicissitudes de ordem técnica. Como se sabe, reconstruir e remodelar é muito mais difícil do que construir de raiz. E em determinada altura, a firma a quem adjudicámos a obra não conseguiu desvencilhar-se dos complicados problemas que se lhe depararam. Felizmente que se encontrou outra empresa disponível para receber a obra em curso e evoluir para a con-

cretização dos trabalhos.

#### **HAVEMOS DE “CHEGAR AO FIM DA ESTRADA”**

Quero desde já prestar justa homenagem à firma Silvério & Melro pela forma diligente e interessada como pegou no processo e soube prosseguir-lo a contento. Minhas Senhoras e meus Senhores, ultrapassou-se mais uma etapa e é isso

o que mais interessa. Não me interpretem mal quando faço elogios e expresso auto-satisfação. Sabemos que há pormenores que não saíram bem, há coisas ainda por ultimar e sobretudo era preciso agora encarar a seguir a reparação e a pintura do outro edifício municipal que com este confina e arranjar todo o espaço envolvente.

Lá chegaremos. As verbas não abundam. Com paciência, sem perdermos o rumo, havemos, a pouco e pouco, de “chegar ao fim da estrada”, como dizia a canção do Zeca Afonso.

O que importa realçar é que esta recuperação dos Paços do Concelho resulta de uma confluência de ideias e de esforços individuais e

colectivos. A própria estética do conjunto interior é a mediatrix de opiniões de muita gente, na certeza, porém, que o carácter de algumas soluções não agrada de igual modo a todos. Abundarão pormenores dos quais se gosta ou não se gosta, mas seria injusto não assinalar que a média das posições auscultadas aponta para uma opinião geral globalmente muito positiva.

Correndo o risco de olvidar alguém, a quem peço desde já desculpa, gostaria de enaltecer publicamente o desempenho das seguintes pessoas:

- Arquitecto Pedro Carvalho, que projectou o empreendimento nos seus múltiplos detalhes;
- Eng<sup>o</sup> Morais da Costa, responsável pela fiscalização da obra;
- Eng<sup>o</sup> João Serra, da empresa Silvério & Melro, que foi o director da obra;
- Encarregado Sr. Virgínio, da empresa Silvério & Melro que, a par e passo, dirigiu os trabalhos;
- Todos os trabalhadores da empresa Silvério & Melro que aqui laboraram e bem assim os trabalhadores das várias subempreitadas;
- O escultor José Freire pela beleza da peça escultórica que idealizou;
- O pessoal da empresa decoradora;
- E, por fim, o pessoal da Câmara, a começar pelo Sr. Eng<sup>o</sup> Vitor Valente que fez o acompanhamento da obra e sem



esquecer os nossos carpinteiros, serralheiros, pedreiros, pintores, electricistas, calceteiros, jardineiros, funcionários de limpeza, técnicos dos serviços culturais e administrativos que, sobretudo na fase final, deram o seu melhor para que o edifício fosse inaugurado na data aprazada.

### DIGNIFICAR O PODER LOCAL

Para terminar gostaria de vos apresentar, em traços resumidos e sem elencagem classificativa, as linhas mestras da filosofia e da finalidade desta obra:

1º A dignificação e respeitabilidade do Poder Local e da autonomia municipal.

2º O prestígio de Alcochete, porque este edifício público pertence à comunidade onde toda a gente se revê.

3º O futuro do concelho de Alcochete, tendo em vista o seu desenvolvimento, o aproveitamen-

to das suas soberbas potencialidades reforçadas pelas amenidades e pelas precauções de uma



ponte que está prestes a amarrar, bem no âmago dos nossos sonhos, tornados realidade pela força das circunstâncias.

4º Comemorar o 25 de Abril, mais uma vez de forma significativa e duradoira.

5º Iniciar formalmente as comemorações do centenário da Restauração do nosso concelho, que confluirá em 1998

com a inauguração da ponte Vasco da Gama e da Exposição In-

ternacional de Lisboa.

6º Apetrechar e modernizar os serviços camarários em novas valências para responder com mais eficácia e eficiência aos desafios do futuro e às necessidades da população.

7º Estimular a qualidade e a reabilitação urbanas, sobretudo na parte histórica da vila, evitando a descaracterização e preservando os traços mais originais da mancha edificada.

8º Estabelecer um compromisso solene com a arte, através duma galeria municipal permanente, onde

ficarão patentes obras de dois pintores consagrados:

- o alcochetano Raúl Carapinha, cuja família em boa hora legou ao município as suas principais obras, respeitando a sua vontade, e a quem agradecemos mais uma vez.

- o alcochetano Barata Moura, porque não tendo nascido neste torrão ribeirinho, foi-lhe concedido o título de cidadão honorário pela excelência da sua amizade a esta terra que

acarinhou, doando-lhe também o seu valioso espólio.

9º Para que as raízes culturais e a etnografia rica deste concelho se não percarnunca, quisémos registrar num conjunto soberbo de baixos e altos relevos marmóreos as tipicidades próprias de Alcochete que nos vêm identificando ao longo dos séculos: a salinicultura, a festa brava, o Tejo, avifauna estuarina, as reminiscências históricas com D. Manuel I e a Ordem de Santiago.

Agora vou mesmo terminar com mais um pedido de desculpas e um agradecimento. Eles dirigem-se à população mais directamente afectada pelas obras, que sofreu incomodidades no decorrer dos trabalhos, mas que também soube transmitir interesse e carinho à medida que o processo ia evoluindo, sentindo verdadeiramente que a obra era sua.

É esse sentimento de posse e de solidariedade que quero alargar a todos os munícipes para que estimem e zelem o património colectivo pelo que ele nos incentiva a caminharmos unido na construção do futuro".

## AGÊNCIA FUNERÁRIA RAMOS LDA.

EM ALCOCHETE  
NA RUA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24

TRATAMOS DE TODA A DOCUMENTAÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA E DESCONTAMOS SUBSÍDIO DE FUNERAL

VEJA A NOSSA VASTA GAMA DE ARTIGOS RELIGIOSOS

Tel. 234 26 91 - 2310501  
2341620 (À NOITE)



## CLÍNICA VETERINÁRIA DE ALCOCHETE

Rua do Bocage - Lote 32 r/c  
Tel. 234 24 23  
Dr.ª Maria João Roque dos Santos

### FUNCIONA

DE 2ª A 6ª FEIRA  
DAS 16H ÀS 20H  
AOS SÁBADOS  
DAS 10H ÀS 13H



*Intervenção de Miguel Boieiro, Presidente da Câmara Municipal, no dia 25 de Abril de 1997, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Alcochete.*